12/7/84

TL7379-10

COMISSÃO PARA OS DIREITOS
DO POVO MAUBERE
Rua Pinheiro Chagas, 77 - 2.º Esq.
1000 LISBOA — PORTUGAL

INFORMAÇÃO - O CONGRESSO TRABALHISTA NA AUSTRÁLIA E O PROBLEMA DE T.-L.

Como é sabido pelas notícias divulgadas últimamente na imprensa portuguesa, decorre desde segunda-feira (até sexta-feira desta semana) o Congresso do Partido Trabalhista australiano. Trata-se do primeiro congresso efectuado desde a constituição do Governo trabalhista - daí a sua importância, sob diversos aspectos, nomeadamente no que se refere à questão de Timor-Leste, que foi objecto de uma resolução do congresso no dia 11/7/84. Eis os três principais parágrafos da resolução aprovada:

"O PT manifesta a sua preocupação pela situação vivida em Timor-Leste, nomeadamente pelo facto de aquela antiga colónia portuguesa ter sido integrada na Indonésia sem que tenha sido dada ao povo de Timor-Leste a oportunidade de exprimir a sua vontade através de um acto de autodeterminação internacionalmente supervisionado.

O PT considera preocupante o reacender da luta em Timor-Leste, segundo notícias recentes, e as ameaças à vida humana e segurança no território, e apela ao Governo indonésio para que desbloqueie o acesso a Timor-Leste às equipas de ajuda humanitária e a organizações internacionais como, por exemplo, Cruz Vermelha Internacional, Amnistia Internacional e comissões de juristas; apela também para que seja autorizada a entrada de uma missão internacional independente encarregada de redigir um relatório imparcial e independente sobre a situação.

O PT apela também ao Governo australiano para que apoie iniciativas internacionais que tenham por objectivo alcançar um acordo sobre a questão de Timor-Leste. O Governo australiano deve, nomeadamente, apoiar o secretário-geral das Nações Unidas nos esforços de procura de solução para o problema."

(Seguem-se no texto aprovado 4 parágrafos sublinhando a importância das relações entre Austrália e Indonésia.)

Para além da importância do conteúdo do texto em si mesmo, fazemos notar os seguintes aspectos: a) O Gov. australiano fica obrigado a votar nas NU contra a agressão indonésia em T.-L.; b) e não poderá reconhecer uma declaração unilateral de integração do território; c) trata-se de uma resolução de "compromisso", que reflecte a força da opinião pública australiana e do movimento de solidariedade com o povo maubere, e d) denúncia claramente não só os atentados aos direitos humanos mas também o desrespeito indonésio para com os direitos do povo maubere à autodeterminação e independência. Este mesmo apoio foi clara e publicamente manifestado em encontros e comícios em que Ramos Horta, representante da Fretilin, tem estado presente nos últimos dias.

Lisboa, 12/7/84 CDPM